

Desvendando as dinâmicas internas singulares dos processos de mudança social no Brasil: um estudo das especificidades locais, regionais e nacionais na obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz

Understanding social change in Brazil: the work of Maria Isaura Pereira de Queiroz

Maria Jose de Rezende

Universidade Estadual de Londrina

wld@rantac.net

Resumen

Os estudos sobre mudança social no Brasil contam com a contribuição de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Suas análises acerca das modificações, das persistências, das adaptações, das adequações e das resistências, que foram florescendo nas diversas esferas da vida social, fornecem elementos para uma leitura das singularidades socioantropológicas dos processos de mudança em curso no país a partir da década de 1950. Através de uma análise em que eram combinados os aspectos, ao mesmo tempo, microsociológicos e macrosociológicos, ela delineou tanto um retrato sociológico de alguns agrupamentos (bairros rurais, por exemplo) quanto uma abordagem que revela os traços definidores da sociedade brasileira em razão da ampliação do processo de urbanização e de industrialização, gerador de interações, práticas e contextos específicos que não repetem simplesmente os rumos e as direções tomadas por outras nações.

Palabras clave: mudanças; sociedade global; grupos

Abstract

The work of Maria Isaura Pereira de Queiroz has been influential in the understanding of social change in Brazil. Her analyses of the modifications, persistence, adaptations and resistance that have flourished in many spheres of social life provide elements for a reading of the social-anthropological singularities of current change processes that have gone on in the country since the 1950s. Based on an analysis in which the microsociological and macrosociological aspects are combined, she has not only drawn a sociological profile of some environments (rural neighbourhoods, for example), but also developed an approach that shows how Brazilian society has changed under increasing urbanization and industrialization - processes which create interactions, practices and specific contexts that are unique to Brazil and do not merely mirror the trajectory followed by other nations.

Keywords: changes; global society; groups

No âmbito da sociologia brasileira, Maria Isaura Pereira de Queiroz produziu diversos trabalhos acerca das dinâmicas sociais internas de grupos tanto rurais quanto urbanos. Seus inúmeros livros e artigos abarcaram temas de inúmeras áreas (sociologia, antropologia, política, história) do conhecimento. Suas pesquisas tiveram um papel importante no processo de desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, país que estudou com afinco ao longo de várias décadas. Suas análises sobre as singularidades sociais, políticas e culturais do Brasil foram apresentadas, por ela na condição de professora visitante, em instituições de ensino de países como França, Canadá, Portugal, Senegal e Bélgica. Suas pesquisas foram divulgadas sob a forma de artigos e de livros no Brasil e em outros países (entre eles estão a França, a Itália, o México e a Colômbia).

Seus escritos compõem uma análise minuciosa da mudança social e de suas especificidades locais, regionais e nacionais. A retomada de seus textos lança luzes sobre os processos sociais em curso no país e no mundo de hoje e fornece elementos para clarear o significado das ações impulsionadoras de transfigurações sociais como também dos mecanismos de resistências postos em prática mediante as alterações que se foram impondo paulatinamente em vista das inovações tecnológicas, dos novos comportamentos, atitudes e mentalidades que tomaram forma a partir da segunda metade do século XX.

Neste trabalho demonstro que é de grande valia - para pensar as inúmeras transformações pelas quais tem passado a sociedade brasileira nas últimas décadas - a tese de Maria Isaura Pereira de Queiroz acerca da necessidade de colocar sob suspeição as análises que advogam a vigência de um processo de homogeneização social que levaria à abolição das várias especificidades, sejam elas rurais, locais, regionais e/ou nacionais.

Discuto, neste artigo, que suas reflexões buscavam a persistência de inúmeras especificidades sociais, que têm sido mantidas mesmo diante de amplos processos de mudança. Tal postura levava-a a questionar, através de vários estudos (Queiroz, 1972; 1979; 1973; 1976), a existência de uma suposta homogeneização, das diversas esferas da vida social, oriunda dos processos de urbanização e industrialização da sociedade brasileira. Segundo ela, não havia indicativo de que estaria ocorrendo uma abolição das especificidades microssociais em razão dos processos de mudança em curso no país.

Seriam a industrialização, a urbanização, o desenvolvimento tecnológico, os novos comportamentos e atitudes oriundos desse processo capazes ou não de destruir as especificidades socioculturais das microrregiões? Que tipo de elementos as nuances e os detalhes dos modos de vivência de cada grupo social forneciam para propiciar uma leitura apurada da complexidade regional e nacional brasileira? Ao levantar essas questões, de que maneira Maria Isaura Pereira de Queiroz construía uma reflexão crítica em relação ao modo de processamento da prática política dos dirigentes na década de 1960 e 1970? De que maneira suas posturas continham uma crítica aos que advogavam, através de um projeto tecnocrático, a necessidade de processar uma homogeneização do país? De que forma as análises empreendidas por ela refutavam as discussões que exaltavam a existência de uma oposição rígida entre o tradicional e o moderno?

Acredito que é possível, através de seus estudos das microssociedades (no caso os denominados bairros rurais, grupos rústicos, sítiantes tradicionais), extrair elementos para compreender a sociedade brasileira não somente quanto às suas especificidades internas, mas também no que diz respeito às suas singularidades nacionais em face das mudanças conduzidas por um processo de desenvolvimento tecnológico comandado pelos países mais desenvolvidos materialmente. Vindo o

país a se integrar cada vez mais num processo de expansão do desenvolvimento capitalista, conforme objetivava o regime militar em curso nos anos 60s e 70s, poderia ou não ocorrer uma homogeneização social no que concerne aos modos de vida, à mentalidade, aos valores e à cultura?

Os escritos de Maria Isaura Pereira de Queiroz, mesmo não estando voltados para responder diretamente a essa última questão, oferecem várias pistas para a análise das adaptações, das acomodações, das combinações, das resistências e não-resistências, das integrações e não-integrações dos diversos grupos sociais ao processo de modernização autoritária levada a termo pelo objetivismo tecnocrático nas décadas de 1960 e 1970.

O tradicional e o moderno como processos complementares e não opostos

Maria Isaura Pereira de Queiroz, no texto intitulado *Roger Bastide, professor na Universidade de São Paulo*, faz uma afirmação que sintetiza, de certa forma, o seu modo de conceber a relação entre o tradicional e o moderno. Ao apresentar as contribuições de Bastide, ela diz que entre as lições, que ele havia deixado para as gerações futuras, estava a que destacava a necessidade de pensar a urbanização, porém não na ótica que isola o moderno e o tradicional, o moderno e o arcaico. Os estudos sobre urbanização daquele pensador tinham o mérito de não deixar de levar em conta os tradicionalismos e os arcaísmos que vão sobrevivendo junto ao moderno e vão-se redefinindo e ganhando novas roupagens.

Sempre buscando distinguir o que é tradicional do que é atrasado, em suas pesquisas, tais como *Bairros rurais paulistas*, *O povoado de Santa Brígida*, *O campesinato brasileiro*, entre outras, ela trazia para o debate a necessidade de estabelecer distinções entre essas duas condições. Se havia quase que um senso comum que confundia essas duas condições, cabia aos cientistas sociais destrinchar as diferenças que negavam que os dois termos poderiam ser tomados como sinônimos. Se o tradicional e o moderno “são termos e elementos que se complementam no interior de um mesmo conjunto” (Gurvitch apud Queiroz, 1972, p. 70), as noções de moderno e de atraso têm implicações que são derivadas da oposição que o primeiro guarda em relação ao segundo. Ou seja, numa dada condição de modernização é que se definem os elementos que destoam e que, portanto, representam formas de atraso, assim designadas em relação a determinados parâmetros que se vão impondo como moderno. Há, então, uma oposição entre moderno e atrasado.

A vivência do camponês, por exemplo, está mergulhada no tradicionalismo, o que não significa que ela seja atrasada. Isso pode ser detectado através das respostas dadas pelos sítiantes tradicionais às mudanças que se situam entre manter “os valores básicos de trabalho autônomo e de situação econômica independente” (Queiroz, 1973, p.111) e adaptar-se às modificações socioeconômicas (D’Aquino, 1999, p.163) que se impõem em razão do processo de urbanização e de industrialização.

As análises de Queiroz lançam luzes sobre a necessidade de distinguir atitudes tradicionais de atitudes atrasadas. No campo da ação política, ela parece crer, em *O mandonismo local na vida política brasileira*, que as mudanças ocorridas no país, desde o período colonial até 1930, vão-se recheando de atrasos que se acumularam ao longo de séculos. Os governantes, ao se curvar, mesmo após a República, aos interesses pessoais e privados, davam amostras de que os atrasos políticos estavam-se perpetuando na nova configuração que se ia estabelecendo, mesmo depois de

1930. A confusão entre as esferas públicas e privadas pode ser lida, em seus textos, como sinônimo de atraso político. Observe-se a seguinte afirmação

“(…) A revolução de outubro não fora produto de nenhuma mudança na estrutura social e econômica e sim uma evolução; como evolução, guardava no seu seio, coexistentes, tendências mais novas entremeadas de velhas tendências sobreviventes da Colônia. Assim, a passagem da solidariedade familiar à solidariedade de dependência, de elaboração mútua, não foi brusca e não acabou com o coronel, mas se processou graças à gradual adaptação deste às novas condições de vida. A revolução de 1930, que se realizou graças à adesão dos velhos coronéis e que, depois de instalada, se inaugurou chamando a si o apoio dos que ainda estavam de fora, prova que a era do coronel no Brasil ainda não se tinha fechado” (Queiroz, 1969, p. 127).

O atraso configurava-se muito mais em razão de ações que se entremeavam para frear as mudanças políticas do que em vista de ações que se chocavam com um dado processo de modernização. Isto porque, de fato, a seu ver, não tinha havido, ao longo da história do país, modernizações políticas dignas deste nome, já que os processos sociais em curso revelavam que os interesses particulares, privados, continuaram sendo, mesmo após 1889, o cerne do padrão de domínio vigente no país. Desse modo, nem sempre o atraso expressa uma oposição ao moderno; ele pode significar formas de frenagem que barram reconfigurações expressivas.

As atitudes tradicionais detectadas por ela na pesquisa intitulada *Bairros rurais paulistas* eram detectadas tanto nas predisposições dos indivíduos - estabelecidos numa dada região rural – de resistir às mudanças produzidas por uma urbanização crescente, que alterava as relações sociais de todo um grupo social, quanto no modo de adaptação, que se ia definindo continuamente.

A distinção entre o que é uma atitude tradicional e o que é uma atitude atrasada atravessa os seus escritos, o que exige, todavia, um esclarecimento sobre o próprio significado do conceito de atitude. Se a atitude é, como afirmam W. Thomas e F. Znaniecki (1927), “um conjunto de idéias e emoções que se transforma em uma disposição permanente em um indivíduo” (Coulon, 1995, p.30) para agir de uma determinada maneira e não de outra, ela é, então, um “processo da consciência individual que determina a atividade real ou potencial do indivíduo no mundo social. A atitude é a contrapartida do indivíduo aos valores sociais, e toda atividade humana estabelece um elo entre esses dois elementos” (Thomas e Znaniecki, 1927, p.22).

Em seus textos reunidos em *O campesinato brasileiro* e em *Bairros rurais paulistas* fica evidenciado que Queiroz, nos moldes dos sociólogos de Chicago, mencionados acima, está buscando compreender, ao mesmo tempo, “os valores coletivos e as atitudes individuais” (Coulon, 1995, p.31) dos sitiantes tradicionais, mediante os processos de mudança em curso no país, nas décadas de 1960 e 1970. O problema que norteou a sua pesquisa, sistematizada naquela segunda obra acima mencionada, era o seguinte: Estaria, de fato, o sitiante tradicional condenado à desorganização socioeconômica? Para responder a esta questão, Queiroz fez amplo uso da noção de atitude individual sem perder de vista os valores coletivos que davam uma fisionomia específica para o grupo social estudado: os pequenos proprietários que formavam os bairros rurais paulistas.

Mobilizando, então, conceitos que possibilitavam, nos moldes de Gurvitch (1977), rechaçar a posição durkheimiana de que, como grupo, os indivíduos agem e pensam totalmente diferente do modo como agem e pensam isoladamente (Durkheim, 1984), Maria Isaura Pereira de Queiroz buscava apontar

para os elementos que indicavam ser o problema sociológico – a condenação ou não do sitiante tradicional à desorganização social e econômica – bastante complexo por abranger elementos objetivos e subjetivos. Assim sendo, era essencial ater-se aos valores sociais e às atitudes individuais. Desse modo, os valores sociais e as atitudes tinham de ser abundantemente estudados para se obter uma resposta adequada ao problema estudado em suas pesquisas sobre os bairros rurais, em particular, e sobre o campesinato, em geral.

O livro *Tratado de Sociologia* de Georges Gurvitch exerceu forte influência sobre Queiroz. Ela encontrou nele elementos que punham em relevo os problemas atinentes à sociologia de Durkheim, a qual é “uma ciência que estuda com uma visão de conjunto, de maneira tipológica e explicativa, os diferentes graus de cristalização da vida social, cuja base se encontra nos estados da consciência coletiva irreduzíveis e opacos às consciências individuais” (Gurvitch, 1977, p. 26-27).

Retratos sociológicos e mudança social

A importância que Queiroz dava às atitudes individuais diante dos processos de mudanças sociais pode ser verificada logo no início da obra *Bairros rurais paulistas* em que ela diz que fará um retrato sociológico de tais bairros, definidos por ela como um conjunto de relações econômicas, políticas, culturais e sociais (Queiroz, 1973, p. 4). Conforme afirma Bernard Lahire (2004), a construção de um retrato sociológico só é possível através do estudo das atitudes e disposições dos indivíduos estudados. Isto não significa, de modo algum, pensar o indivíduo descontextualizado no que diz respeito às suas interações e à sua sociabilidade.

A construção de retratos sociológicos somente é possível, segundo Lahire, se forem seguidos quatro passos. No primeiro reconstroem-se as disposições sociais a partir do material empírico levantado. No segundo constata-se a variação ou não-variação do comportamento e das atitudes em vista do contexto social. No terceiro requer-se que se interroguem, através dos dados levantados, quais são as propriedades sociais do contexto pesquisado, ou seja, que tipos de interação são detectáveis e quais são os lugares dos indivíduos no âmbito desta interação. Esse terceiro momento é, na verdade, um estudo sobre os contextos, as práticas e as relações. No quarto, faz-se a gênese das diferentes disposições dos indivíduos pesquisados, o que implica num estudo da socialização. O retrato sociológico é finalizado somente quando todos esses passos forem dados.

Considero que, examinando detidamente a obra *Bairros rurais paulistas*, fica evidenciado que Queiroz cumpre todos esses passos apontados recentemente por Lahire como condição básica para elaborar um retrato sociológico. Ela realizou uma pesquisa empírica que lhe permitiu reconstruir as disposições sociais de indivíduos que traziam consigo traços sobreviventes de uma cultura específica, ou seja, a cultura rústica e/ou caipira. Isto porque as mudanças microssociológicas e macrosociológicas que se foram, ao longo do século XIX e XX, processando não conseguiram destruir inteiramente essa cultura. Através de uma análise sociológica em profundidade e seguindo as orientações de Gurvitch, Queiroz demonstrou uma coexistência entre surto industrial e cultura caipira. Assim, as disposições sociais encontravam-se marcadas por esta coexistência. Discordava ela, então, das hipóteses que afirmavam que a civilização do café havia arruinado a civilização caipira. Observe-se que a autora entendia por civilização um conjunto integrado de formas de vivência que abrangiam a vida econômica, política, cultural e social.

As variações e as não-variações dos comportamentos e das atitudes individuais foram trabalhadas por Queiroz através do detalhamento da composição interna dos bairros rurais na sua correlação com

a sociedade global, ou seja, a sociedade brasileira como um todo. Isto permitiu a compreensão de um contexto social em que o tradicional e o moderno se articulavam e produziam relações sociais singulares tanto dentro de um mesmo bairro rural quanto na comparação entre um e outros.

Ela indaga, insistentemente, sobre as propriedades sociais do contexto, o que era visível em suas discussões sobre o tipo de interação desenvolvido no interior de cada bairro rural e no interior da sociedade global, ao mesmo tempo. As práticas e as relações sociais revelam que há inúmeras tensões nos bairros rurais, já que estes encerram “ao mesmo tempo forças sociais de coesão e forças sociais de divergência” (Queiroz, 1973, p. 35). Os lugares dos indivíduos (meeiros, proprietários) no âmbito das interações sociais foram revelando especificidades que não poderiam ser vistas através de uma análise panorâmica daqueles agrupamentos sociais.

O retrato sociológico que Queiroz se propõe a traçar tem, então, o mérito de revelar o papel da família, do compadrio, da vida religiosa, das atividades festivas, das relações econômicas, do trabalho, da cultura, etc., no processo de construção de semelhanças e de diferenças entre os diversos grupos que formam os distintos bairros rurais. Se no âmbito das relações econômicas encontram-se, nos bairros rurais, tanto indivíduos que produzem essencialmente para a subsistência quanto outros que produzem para comercialização, em primeiro plano, e, só num segundo plano, produzem para a subsistência, é possível deduzir daí que nos grupos em que predomina uma agricultura comercializada não haveria mais sítiantes tradicionais.

Todavia, ela demonstra que, salvo as diferentes formas de agir dos indivíduos, tanto os que produzem somente para a subsistência quanto os que já estão inseridos numa agricultura comercializada podiam, sim, ser denominados de sítiantes enraizados numa mesma cultura: a caipira. Aqueles primeiros eram denominados de sítiantes tradicionais e os segundos de modernos. Mas tanto num caso quanto no outro o ritmo de vida cotidiano continuava seguindo o padrão tradicional em relação ao trabalho, às crenças, aos valores, à religiosidade.

“O bairro rural tradicional é uma das formas de bairro rural, coexistindo com uma outra forma, a do bairro rural cujos sítiantes, tendo já adotado uma agricultura comercializada, não abandonaram, todavia as relações sociais e o modo específico de ‘habitat’ que definem o bairro rural” (Queiroz, 1973, p. 49).

E por que, no retrato sociológico traçado por ela, ganham destaque as relações sociais e as relações de trabalho? Porque são elas que definem por excelência um dado agrupamento social como bairro rural. O sentimento de lealdade e a igualdade de posição social entre as famílias compõem os traços fundamentais de tais agrupamentos; é por isso que eles são tão importantes. Isso não significa, porém, que do ponto de vista da organização econômica os diversos bairros sejam idênticos. Em sua pesquisa, na década de 1960, ela detectou a vigência de dois tipos de bairros rurais: o tradicional que é formado por camponeses, que vivem numa economia de subsistência, e o moderno que é constituído por agricultores, que já assentavam suas atividades em uma economia comercializada. Todavia, embora fossem visíveis as diferenças de caráter econômico entre alguns bairros, não havia diferença entre as relações sociais produzidas pelos componentes destes dois tipos de grupos.

Havia agrupamentos rurais em que as relações de trabalho, o sentimento de lealdade e as relações sociais encontravam-se, em parte, regulados pelos princípios da civilização caipira e não somente pelos princípios da civilização moderna. Isso não queria dizer, porém, que aquela primeira civilização existisse na íntegra na segunda metade do século XX, no estado de São Paulo. Significava sim que

era perceptível, no interior das relações sociais que se modificavam, a persistência e a permanência de traços que não correspondiam às civilizações modernas.

A análise comparativa feita por Queiroz tem o mérito de trazer à tona as especificidades dos processos de mudança social em regiões distintas, porém próximas, que compõem o entorno do município de São Paulo. No retrato sociológico que ela construiu, ficou evidenciado que o modo como os diversos agrupamentos ajustam-se e/ou resistem às mudanças é distinto. Havia bairros rurais em que a cultura rústica definidora de atitudes que se assentavam numa dada relação social regulada pelo sentimento de lealdade grupal quase que se desagregou. Em outros bairros isso não ocorreu. Nesses últimos era nítida a coexistência entre traços modernos e traços tradicionais.

Não existia, porém, um padrão único de mudança social em razão do processo de urbanização e de industrialização. Há singularidades, há diferenças que devem ser levadas em conta. Esse modo de conceber o processo social lançava luzes para tornar compreensíveis não somente as modificações, as adaptações, as decadências, as persistências e as resistências que se formavam no âmbito da sociedade brasileira mediante o processo de industrialização, mas também as singularidades do processo de mudança que se estabelecia num país subdesenvolvido em relação às nações desenvolvidas.

Queiroz demonstrava que a submersão total num tipo de civilização urbano-industrial poderia implicar não, necessariamente, avanços sociais, econômicos e culturais. Era mais provável que ocorressem avanços em algumas áreas e decadências em outras. Isso, de certa forma, contrapunha-se àquelas visões que supunham ser a industrialização e a urbanização uma solução para todos os males sociais. Haveria um dinamismo tanto interno quanto externo (dentro e entre grupos) que produziriam as mais diversas conseqüências. Uma delas seria a subordinação e o isolamento. Este último, porém, não significava marginalização. Sociologicamente, para ela, a idéia de isolamento era mais adequada porque isolamento é sempre limitado, nunca é total (Queiroz, 1973, p. 113).

Essa sua análise pode ser aplicada também às dinâmicas industriais entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Nesse último caso, haveria segmentos sociais que se integrariam às novas condições urbano-industriais e haveria outros que sofreriam enormes abalos. Como o objetivismo tecnocrático que se instaurou no poder após o golpe de 1964 lidava com isso? De modo simples. Seus representantes (Roberto Campos, Daniel Faraco, O. G. de Bulhões, Mário H. Simonsen, Delfim Netto) alardeavam que na modernização buscada por eles não havia lugar para aqueles que tinham dificuldades de acompanhar o processo social em curso (Rezende, 2001; 1996).

Verifico que, mesmo não explicitando, a obra de Queiroz introduzia elementos que questionavam as perspectivas tecnocráticas assentadas na modernização autoritária e, segundo Furtado (1997), em curso, no país, nas décadas de 1960 e 1970. Ao pesquisar detalhes da vida social e constatar que não havia um caminho único seguido pelos diversos grupos sociais, ela punha em questão a perspectiva de linearidade diretiva sustentada pela ditadura militar, a qual insistia, através de um dado ideário, que o país predisponha-se firmemente a assumir a condição de grande potência. O regime justificava, assim, todos os seus atos e medidas.

A não-abolição das especificidades sociais dos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira

Os textos intitulados *Do rural e do urbano no Brasil* (1979), *Sociologia rural* (1969), *Bairros rurais paulistas* (1973), *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil* (1978), *O povoado de Santa Brígida* (1975) e *O campesinato brasileiro* (1976) insistem na necessidade de compreender a mudança social, em vista do modo como os diversos grupos reagem aos processos de transformação em curso, num determinado momento histórico. O fato de não haver um comportamento uno, padronizado, estanque e predefinido, bem como não existirem reações idênticas a processos similares que atingem os agrupamentos humanos mais diversos, é necessário, segundo Queiroz, debruçar-se sobre detalhes das práticas, das ações, das atitudes, dos comportamentos, também variados, dos inúmeros grupos sociais que compõem uma dada sociedade.

Em seus textos citados anteriormente, é perceptível que ela procurava, naqueles grupos que pareciam mais difíceis de serem desmantelados na íntegra pelos processos de urbanização e de industrialização, em curso na segunda metade do século XX, os modos de resistência e/ou de adaptação sociocultural que permitia uma coexistência amenizadora de conflitos (Queiroz, 1973, p.138). Assim, constato que essa sua forma de refletir continha uma contundente crítica àquelas perspectivas que se assentavam na constatação de uma rígida oposição entre o tradicional e o moderno que acabava por exaltar os valores atinentes a este último e a inferiorizar os daquele primeiro.

“Nesta perspectiva, tradicional e moderno se comportam (...) como dois pólos opostos, entre os quais se estende um ‘continuum’ formado por combinações, em doses diferentes, das qualidades existentes em cada um deles. O continuum é vertical, as qualidades tradicionais se encontram na parte inferior; a evolução das sociedades retardatárias em direção às adiantadas é concebida como uma ascensão. Admite-se a existência de tipos diferentes de sociedades subdesenvolvidas; no ápice, ao contrário, parece que não existirá senão um só modelo dominante. Chega-se, então, a considerar (ora explícita, ora implicitamente), a existência de uma hierarquia universal de valores das sociedades desenvolvidas, sempre à frente do progresso técnico” (Queiroz, 1972, p. 44).

Em seu entender resistência, coexistência e adaptação não são necessariamente excludentes, já que elas podem caminhar juntas num mesmo processo de mudança em curso. Esse seu modo de análise encontrava-se influenciada pela sociologia de Georges Gurvitch (1894-1965) que pensava os fenômenos sociais como pluridimensionais e dispostos em

“camadas em profundidade que podem servir de pontos de referência para reconstituir a sua unidade indissolúvel. Da crusta exterior da sociedade – a sua base morfológica (geográfica, demográfica, ecológica, instrumental, etc.), passando pelos aparelhos organizados, pelas práticas quotidianas flexíveis, pelos modelos técnicos, pelos indicativos (signos) e pelos símbolos, indo até às condutas coletivas derogatórias ou inovadoras que modificam as práticas e os modelos e criam símbolos novos, até valores e idéias coletivas e finalmente até à mentalidade social, ao mesmo tempo coletiva e individual – há um perpétuo vaivém. Todas essas camadas em profundidades formam um conjunto indissolúvel nos fenômenos sociais totais sem que seja excluída uma certa descontinuidade entre as camadas e

a possibilidade de conflitos entre si. A acentuação das camadas, a sua intensidade, avanços e atrasos variam em função de cada quadro social, cada Nós, cada grupo, classe, sociedade global, elemento microsociológico e unidade macrosociológica e cada um deles representa, ao mesmo tempo, fenômenos sociais totais. A isso junta-se a alteração da hierarquia das camadas em função dos diferentes tipos de estruturas parciais e globais, tal como a modificação de sua acentuação decorre das modificações das conjunturas” (Gurvitch, 1977, p. 39).

Partindo dos ensinamentos de Gurvitch, ela considerava necessária a construção de tipologias capazes de dar conta dos agrupamentos particulares (microcosmos) e das sociedades globais (macrocosmos). Todavia, estas últimas são formadas a partir daqueles primeiros “em que cada um representa uma totalidade” (Gurvitch, 1977, p. 40). A sociedade brasileira era tomada pela autora em questão como uma sociedade global possuidora de uma estrutura e uma organização que incluía vários tipos sociais, ou seja, o urbano, o rural, o tribal, etc. (Queiroz, 1979, p.162).

Qual é a implicação que essa perspectiva de Maria Isaura P. de Queiroz traz para a teoria da mudança? Constatamos que, por um lado, este modo de conceber a sociedade global e as microsociedades que a compõem contém uma crítica às perspectivas fundadas na linearidade. E, por outro, funda-se, também numa recusa, senão total, ao menos parcial, das teses da diretividade histórica. Ou seja, essas últimas não tinham como ser aplicadas inteiramente à sociedade brasileira, porquanto não se verificava, mesmo nas décadas de 1960 e 1970, a existência de um processo evolucionista em que um dado tipo de sociedade (rural) seria totalmente superado por um outro (urbano).

Se era constatável a existência de uma predominância da economia urbana, isso não significava que seriam abolidos integralmente todos os valores rurais de diversos grupos rústicos. Economicamente, muitas vezes, ela constatava que, em *Bairros rurais paulistas* (1973), havia uma supremacia do modo urbano de conduzir a produção de um determinado bairro rural. Todavia, no plano dos valores sociais ocorriam permanências que ratificavam o modo de ser da civilização caipira. É interessante notar que essa perspectiva de Queiroz (1972), rejeitava as leituras que exaltavam a estandardização socioeconômica como prova cabal de evolução social, nos moldes de Talcott Parsons (1969), vai representar uma crítica contundente aos estudos assentados nas perspectivas diretivas, lineares e multilíneas. Parsons afirmava que seus estudos estavam interessados no desenvolvimento evolutivo das sociedades, tanto no seu todo, como em suas principais partes estruturais (Parsons, 1969). Ele afirmava: “Interessamo-nos pelas seqüências de padrões estruturais mutáveis que caracterizam as sociedades, como sistemas sociais no decorrer de sua evolução, e, na medida em que isso é permitido pelas limitações de conhecimento e espaço, pelos processos através dos quais ocorreram as transições” (Parsons, 1969, p. 13).

O pano de fundo para essa crítica à perspectiva parsoniana ela construiu em suas pesquisas publicadas em *Bairros rurais paulistas* e em *O campesinato brasileiro*. Nesses livros ela discutiu os processos de ajustamentos que foram ocorrendo entre o mundo rural e o mundo urbano. Observo que a constatação de Queiroz sobre os paralelismos independentes estabelecidos entre as microsociedades (bairros rurais, grupos rústicos) e a sociedade global (sociedade brasileira) reafirmava a sua tese, segundo a qual era visível no país confluência e coexistência entre o tradicional e o moderno.

Queiroz argumenta que uma parte expressiva das teorias da mudança centradas na oposição entre aqueles dois pólos acabava por plantar a idéia de que coexistiam o mundo rural e o mundo urbano

“comanda e faz perdurar as desarmonias dos grupos sociais que se encontram no interior do contínuo formado pelos dois pólos; tais grupos não escaparão ao seu destino infeliz a não ser abandonando o mais depressa possível seus elementos tradicionais e adotando rapidamente os propostos pelos países desenvolvidos” (Queiroz, 1972, p.48).

No artigo *Do rural e do urbano no Brasil*, ao defender que a sociedade brasileira possuía uma estrutura e uma organização dotadas de arranjos variados que tornam possível a coexistência de tipos sociais diversos, ela está, de certa forma, retomando um debate em voga no final do século XIX e início do século XX, do qual participaram pensadores como Sílvio Romero (1851-1914) e Euclides da Cunha (1866-1909). Assim como este penúltimo, ela discordava da tese de Herbert Spencer (1820-1903) segundo a qual todas as sociedades tiveram um mesmo ponto de partida e teriam um mesmo ponto de chegada. Há um questionamento à perspectiva histórica fundada na linearidade evolutiva.

Euclides da Cunha (1966; 1995), ao estudar a vida social e política no Brasil, também trazia à tona os avanços e os recuos presentes nas ações dos setores preponderantes ao longo do século XIX. Em vários momentos ele demonstrava suas dúvidas quanto à existência de uma linearidade evolutiva no país.

A coexistência entre o tradicional e o moderno

No artigo *Pesquisas sociológicas sobre o subdesenvolvimento: reflexões metodológicas*, Queiroz esclarece que sua perspectiva estava fundada na de Georges Gurvitch que não via possibilidade de “falar de progressão nem de ponto de partida, nem de progresso” (Queiroz, 1972, p. 69). Conceitos como tradicional e moderno não podem, assim, ser tomados como opostos. Eles são “complementares, uma vez que se interligam e se pressupõem (...)” (Queiroz, 1972, p.69). Há uma espécie de entrelaçamento e de associação entre eles formando um todo dotado de organicidade.

A comprovação da coexistência do tradicional com o moderno e do rural com o urbano, levava, dizia Queiroz, não a simplificações, mas, pelo contrário, à admissão de que tanto o rural quanto o urbano possuíam complexidades singulares e partilhadas. Ao admitir que na sociedade brasileira coexistem vários tipos (o urbano, o rural, o tribal) a socióloga em questão estava diante do desafio de apreender os processos sociais nos seus aspectos pluridimensionais e em suas múltiplas camadas. Isto significa que há uma necessidade de proceder, ao mesmo tempo, a uma análise microsociológica e macrosociológica. A pesquisa deve, então, elucidar, num estudo da mudança social, a posição que o todo ocupa nas partes e a posição que estas últimas ocupam no todo.

As discussões sobre mudança social no Brasil teriam de partir de uma visão de conjunto da sociedade brasileira, rompendo, desse modo, com análises que enfatizam o pitoresco e o exótico. Somente assim, seria possível, segundo Queiroz, apreender o que há de moderno no tradicional e o que há de tradicional no moderno. Isto deveria ser feito através de um processo explicativo capaz de vencer inteiramente a unilateralidade que incapacita o pesquisador para entender os caracteres essencialmente brasileiros tanto dos grupos urbanos quanto dos grupos rurais. Isto possibilitaria saber se a sociedade possuía ou não, na década de 1970, um caráter predominantemente urbano.

As reflexões de Maria Isaura Pereira de Queiroz acerca da mudança social estão pautadas na necessidade de diferenciar, nos moldes de H. Lefebvre (1968, 1970, 1970^a), urbanização verdadeira de urbanização precária. Aquela primeira ocorre quando há, de fato, um processo de industrialização em curso; a segunda se processa quando há uma difusão de um estilo de vida urbano, mas sem o lastro do desenvolvimento industrial. Para ela, entre 1820 e 1930 teria havido, no país, uma expansão de um estilo citadino burguês em que as cidades, ainda que estivessem subordinadas ao campo, iam-se projetando material e simbolicamente como um meio superior a este último. “Trata-se agora, de um novo arranjo da sociedade, segundo outros padrões, e do aparecimento de novas camadas sociais” (Queiroz, 1972, p.171).

O fato de o processo de industrialização ter vindo após a firmação de um estilo de vida citadino trouxe ou não trouxe conseqüências? Se sim, de que tipo eram estas? Evidentemente, toda mudança social implica desdobramentos singulares. Nesse caso específico, ela verificava que modificações calcadas num estilo de vida desconexo das condições materiais brasileiras levaram as camadas aburguesadas a desejarem e a cultuarem um padrão de vida que se assemelhava, o máximo possível, às sociedades industrializadas européias do século XIX. Ficava, então, subentendido, em suas análises, que os efeitos culturais desse processo foram devastadores, já que potencializaram a formação de elites de luxo voltadas para gastos supérfluos.

Foram muitos os pensadores brasileiros que teceram amplas críticas à importação, pelas elites, de um estilo de vida europeu. Silvio Romero fazia uma crítica ácida àqueles por ele denominados “burgueses boçais”. Estes eram assim designados porque mandavam vir do estrangeiro até os paus de vassouras e os palitos de dente (Romero, 1943, p. 121-2). Manoel Bomfim (1868-1932) e Euclides da Cunha também, no início do século XX, teciam amplas críticas ao estrangeirismo dos setores preponderantes. Aquele primeiro os considerava parasitários e incapazes de construir um projeto de nação soberana. Os segmentos dominantes eram dominados por uma cobiça incomensurável do modo de vida do além-mar (Bomfim, 1993). Aquele segundo advertia os setores preponderantes que era melhor ser genuinamente brasileiro, por pior que isso lhes parecesse, do que ser a cópia de qualquer povo europeu (Cunha, 1995).

Não só no início do século XX, mas também no seu decorrer, outros pensadores sociais também se referiram às elites de luxo como danosas para o país. Celso Furtado (1920-2004) criticou inúmeras vezes o caráter perdulário das elites brasileiras. Ele enfatizava que o subdesenvolvimento do país estava marcado por uma baixa taxa de poupança que inviabilizava um desenvolvimento industrial significativo, o que se devia a uma “forte propensão ao consumo por parte dos grupos de alta renda” (Furtado, 2002, p. 14).

Maria Isaura Pereira de Queiroz participava desse debate chamando a atenção para a necessidade de levar em conta as diferenças microssociais que são geradas na sociedade global, entendida por ela, como a sociedade brasileira como um todo. Nem todos os setores dominantes brasileiros podiam dar-se o luxo de ser imitadores de um estilo de vida europeu. Nem todos os segmentos preponderantes, em suas várias camadas, podiam ser perdulários a este ponto. Não era em todas as regiões do país que havia a possibilidade das elites imitarem um estilo de vida das sociedades européias industrializadas. Todavia, ocorre, nessas condições, a geração de disparidades enormes que os estilos de vida absolutamente diferentes - no que diz respeito aos extremos de ostentação, por um lado, e de miserabilidade, por outro - passam a alimentar e a potencializar.

A análise, posta nestes termos, possibilita compreender, segundo Queiroz, a razão pela qual a “civilização citadina” que emergiu no país, a partir do século XIX, foi obcecada pela idéia de se distinguir da “civilização rústica”. Construiu-se, no plano cultural, um enorme distanciamento que passou a valorizar somente os elementos urbanos, tidos como expressão do moderno. Os elementos tradicionais da cultura e da economia brasileira passaram a ser identificados como expressão de um mundo atrasado, de um mundo arcaico. As investidas dos setores tecnocratas, a partir de 1964, para conduzir o país rumo à modernização, reiteravam exatamente estes elementos apontados por Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Aos cientistas sociais ela recomendava que evitassem análises acerca do subdesenvolvimento que partissem de juízos de valores amplamente difundidos naquele momento, ou seja, aqueles assentados numa suposta cisão profunda entre o tradicional e o moderno. Ela sugeria que fosse abraçada uma perspectiva em que o

“tradicional não existe mais em si mesmo, e nem também o moderno; [eles] fazem parte de um fenômeno social total, no interior do qual devem ser captados e definidos. (...) Cada sociedade, a cada momento de sua história, define de modo diferente o que nela existe de ‘tradicional’ e de ‘moderno’. Deste modo, toda hierarquia universal de valores, habitualmente ligada a tais conceitos nas pesquisas sobre o subdesenvolvimento, perde sua razão de ser; também perde sua razão de ser toda visão do mundo comandada por dois princípios opostos, sejam eles tradição-modernidade, primitivo-civilizado, rural-urbano, comunidade-sociedade, racional-irracional, etc.” (Queiroz, 1972, p. 70).

Percebo em seus escritos uma postura política crítica tanto aos intelectuais que abraçavam as teses da superioridade do moderno em detrimento do tradicional quanto às propagandas do regime militar que enalteciam uma standardização da sociedade. O ideário dos dirigentes, no início dos anos 70s - justamente no momento em que ela estava compondo essas suas reflexões - enaltecia a busca do “Brasil: Grande potência”, na qual ganhava proeminência a defesa de um tipo de mudança em que todos os processos sociais estivessem voltados para a construção de um país moderno, industrializado, harmônico e coeso. A tecnocracia civil e militar estava voltada para a implementação de uma sociedade na qual se vencessem paulatinamente as heterogeneidades políticas e culturais. Ser diferente, pensar diferente e desejar algo politicamente diferente dos padrões impostos pelo regime pós-1964 era tido como uma heresia.

É nesse contexto que se pode interpretar a preocupação de Maria Isaura Pereira de Queiroz em questionar politicamente a tese de acordo com a qual era vantajoso para o país que ocorresse uma standardização da sociedade. Aparentemente, ela explicitava que estava questionando apenas os intelectuais que difundiam essas idéias. Todavia, a sua refutação parece não estar circunscrita somente aos homens de ciência, mas também aos homens de ação, que naquele momento porfiavam por implementar uma forma de modernização autoritária que era propalada como o baluarte do progresso combinado com a imposição de uma dada ordem social construída pelos condutores da ditadura militar. Ao pressupor que era necessário reconhecer que existem em todas as sociedades e em todos os grupos, potencialidades capazes de produzir as mais diversas formas de mudança social, ela punha, intencionalmente ou não, diversos elementos potencialmente questionadores da ação política dos tecnocratas civis e militares que assumiram a tarefa de desfechar todas as mudanças no decorrer das décadas de 1960 e 1970.

Maria Isaura Pereira de Queiroz e a refutação das teses de homogeneização sociocultural

Com este artigo tentei demonstrar, até o momento, que a obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz oferece às ciências sociais no Brasil um caminho fértil para o desvendamento de um diálogo teórico tanto com a produção sociológica contemporânea em geral quanto com as ciências sociais brasileiras das décadas de 1950, 1960 e 1970. A compreensão destes múltiplos diálogos travados por ela pode ser obtida através de muitos caminhos. No conjunto, sua obra revela muitos embates teóricos e políticos acerca das dificuldades de democratização do Brasil nas décadas de 1950 e 1960. Traz à tona, ainda, as discussões sobre as transformações culturais a partir de meados do século XX, em vista da expansão da cultura de massa e de sua tendência a uma provável homogeneização de hábitos, costumes e valores. Portanto, as questões que mais lhe chamou a atenção foram aquelas decorrentes do processo de industrialização e de urbanização em curso, no país, após 1930.

O desafio posto à análise da obra de Queiroz pode ser sintetizado da seguinte maneira: como fazer uma reflexão que apreendesse as dimensões tanto objetivas quanto subjetivas da realidade social brasileira? Em primeiro lugar, a autora levantou dados empíricos que permitiram elaborar uma análise macrossociológica e microssociológica ao mesmo tempo. Este tipo de abordagem coloca-a no âmbito de um debate teórico dos mais relevantes nas ciências sociais no século XX. Ou seja, aquele que buscava valorizar as inter-relações entre a estrutura social e o indivíduo. A análise empreendida por ela não tomará o indivíduo somente como ponto de partida. Ela recusava o caminho aberto por Talcott Parsons (1902-1979), no qual a perspectiva macrosocial ganha proeminência, visto que em sua teoria geral da ação (Parsons, 1968; 1974) há um enfraquecimento do indivíduo em favor dos sistemas sociais (Quintaneiro & Oliveira, 2002).

Em qual reflexão fica mais evidente o distanciamento de Queiroz em relação à abordagem parsoniana que dominava as reflexões sobre a América Latina em meados do século XX? Nas discussões acerca das singularidades do desenvolvimento urbano e industrial brasileiro, ela refutava, inteiramente, a perspectiva linear de Parsons que possibilitava uma leitura, a seu ver, uniforme do processo social latino-americano. Tal uniformidade fazia perder de vista as especificidades locais e regionais. Percebe-se, assim, em seus escritos uma crítica aos teóricos da modernização econômica e política. Rostow (1971), Nurske (1957), Hoselitz (1952), por exemplo, elaboraram, em meados do século XX, análises dos processos de modernização que estavam, de alguma forma, inspiradas nos pressupostos evolucionistas difundidos por Parsons.

Havia uma teoria fortemente difundida na América Latina que supunha a necessidade de que os países periféricos buscassem estabelecer processos de mudanças capazes de superar os atrasos em que estavam submersos. Nesse caso, a Europa e a América do Norte deveriam ser tomadas como modelos de modernização que a sociedade brasileira, por exemplo, deveria perseguir. Isso, porém, não significava, que os denominados países atrasados alcançariam o grau de desenvolvimento econômico, técnico, tecnológico das nações mais adiantadas. Essa pressuposição está assentada na noção de universais evolutivos posta por Parsons no livro *Sociedade: perspectivas evolutivas e comparativas* (1969).

“Com tal categoria, Parsons entende referir-se àquele ‘complexo de estruturas e de processos coligados cujo desenvolvimento aumenta a tal ponto as capacidades de

adaptação a longo vencimento' de uma sociedade, que somente aquelas dotadas de tais universais podem atingir 'níveis superiores'" (Chisleni, 2005, p. 221).

As teses acerca da necessária criação de um padrão de homogeneização social - para gerar tanto instituições quanto indivíduos com capacidade de adaptar-se a uma expansão econômica e tecnológica supressora de atitudes e de comportamentos socioculturais tradicionais - serão inteiramente refutadas por Maria Isaura Pereira de Queiroz. Suas obras são uma peleja constante contra este tipo de abordagem que faz uma tipologia rígida das diversas sociedades em vista de uma suposta evolução adaptativa.

No que se refere tanto à esfera política e econômica quanto à sociocultural ela, através de diversas pesquisas empíricas (1973; 1975; 1976; 1978), vai demonstrar que não tinha qualquer cabimento que as explicações tanto teóricas (estrutural-funcionalistas, por exemplo) quanto políticas estivessem assentadas na tese de que as mudanças desencadeadas pela urbanização e pela industrialização resultaria num amplo processo de equalização que levaria a América Latina a se aproximar dos países capitalistas avançados.

No âmbito da sociologia latino-americana, na década de 1960, havia, por exemplo, as análises estrutural-funcionalistas de Gino Germani (1969; 1973) que buscavam traçar um perfil sociocultural das nações tidas por ele como as mais avançadas do continente. Filiado ao modelo parsoniano ele procurava encontrar, através de suas pesquisas, um conjunto de traços indicadores de que alguns países (Argentina, Brasil, Chile) haviam alcançado um nível intermediário de "desenvolvimento econômico e de modernização social" (Germani, 1973, p.11). Para ele, guardando as devidas proporções, os países mais avançados da América Latina estavam atravessando, nas décadas de 1950 e 1960, "uma fase homóloga àquela pela qual transitaram muitos países europeus nas décadas transcorridas entre as duas últimas guerras (Germani, 1973, p.12).

O que incomodava Maria Isaura Pereira de Queiroz nesse tipo de análise feita por Germani? Era, evidentemente, a tentativa de criar uma teoria geral explicativa para os países da América Latina através de uma comparação descabida com os países europeus. No texto *Singularidades sócio-culturais do desenvolvimento brasileiro* (1975), ela recusava a noção de interdependência que era aplicada pelo estrutural-funcionalismo às condições vigentes no continente. E em que consistia tal recusa? No fato de que esta perspectiva teórica supunha que as alterações em algumas partes das sociedades latino-americanas afetariam a estrutura social (pensada, principalmente, nos níveis da organização social e da cultura) como um todo, o que levaria ao desmantelamento de comunidades tradicionais inteiras, já que estas seriam paulatinamente suplantadas pelo processo de modernização que atingiria o mundo objetivo e o mundo subjetivo. Isto levaria a modificações nas esferas econômica, social, política e cultural. Assim, comportamentos, normas e valores tenderiam a ser homogeneizados.

Maria Isaura Pereira de Queiroz realizou uma vasta pesquisa acerca do modo de organização tanto social quanto político nas décadas de 1950 e 1960 e demonstrou, através de dados empíricos, que não estava ocorrendo uma modernização da vida política brasileira como um todo. Seu estudo (1976) intitulado *Política, ascensão social e liderança num povoado baiano* atestava que a industrialização e a urbanização não haviam destruído ou mesmo neutralizado o mandonismo local no país. Bastava analisar as ações, as atitudes e os valores de lideranças políticas, de cabos eleitorais e de eleitores para concluir que o oligarquismo continuava uma força viva no país, apesar de todas as mudanças que estavam em andamento em meados do século XX.

Através de uma análise microssociológica que tinha como objetivo encontrar elementos para operar uma refutação das generalizações explicativas, ela estabelecia uma crítica ao neo-evolucionismo que acreditava que o desenvolvimento econômico levava à instalação de uma vida política mais racional e mais eficiente devido a um amplo processo de secularização que reduziria os espaços pessoais, afetivos e personalistas. Em suas pesquisas pelo interior (Santa Brígida – Ba) do país (Queiroz, 1976), ela afirmava detectar um funcionamento da política baseada em troca de favores, reciprocidade, relações pessoais e afetivas. Discordava ela, então, que a sociedade brasileira estaria passando, em meados do século XX, por um processo de padronização política e cultural.

A análise microssociológica indicava que havia um entendimento singular, por parte dos votantes, acerca da vida política. Em alguns recônditos do país ficava muito claro que as atitudes não só de lideranças e de cabos eleitorais, mas também de eleitores, não estavam sendo cambiadas com a emergência da industrialização e da urbanização.

“Votar num candidato indicado por um coronel não é aceitar passivamente a vontade deste. É dar conscientemente um voto a um chefe poderoso de quem já se obteve algo ou se almeja obter algo. O voto é, pois, consciente, mas orientado de maneira diversa do que o voto de um cidadão de sociedade diferenciada e complexa. No primeiro caso, o voto é um bem de troca. No segundo caso, o voto é a afirmação pessoal de uma opinião. Na perspectiva da sociedade global, Santa Brígida vota de maneira ‘desviada’ e ‘anormal’. Na perspectiva de Santa Brígida, não se chega a compreender a conceituação de voto dada pela sociedade global” (Queiroz, 1976, p.119).

Não havia uma suposta linearidade entre mudança econômica, mudança social, mudança política e mudança cultural. Ela lançava mão de vários autores (Ferreira de Camargo (1961), Costa (1968), Furtado (1961), Rodrigues, (1971); Lopes, (1968, 1964)) para demonstrar que não estavam em curso, com a industrialização e a urbanização do país, a partir da década de 1930, processos universais de secularização, de democratização, de racionalização, de homogeneização cultural, política e econômica.

Apesar de não citar os nomes dos pesquisadores brasileiros, que estão sendo por ela criticados, pode-se observar que, no seu entender, a maior parte das teorias sobre o desenvolvimento aceitava de maneira implícita ou explícita a tese de que os processos de industrialização produziram uma homogeneização da sociedade, que faria desaparecer as diferenças entre o tradicional e o moderno, o rural e o urbano, o arcaico e o novo. O elemento mais preocupante deste tipo de análise era, principalmente, a emergência de posturas políticas e intelectuais que condenavam as diferenças “histórico-culturais atuais entre as sociedades desenvolvidas e as subdesenvolvidas” (Queiroz, 1975, p. 64).

Mesmo não os mencionando diretamente, é visível que Queiroz endereçava suas críticas tanto aos sociólogos brasileiros, que eram técnicos no Instituto Brasileiro de Estudos Superiores –ISEB (Guerreiro Ramos, por exemplo), quanto a acadêmicos, como Luís Aguiar da Costa Pinto, que se ocupavam da temática do desenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960. Conquanto não acreditasse em critérios de ações universais, ou seja, válidos para todas as sociedades, Guerreiro Ramos deixava claro que concebia o desenvolvimento como um esforço de construção nacional fundado nas necessidades impostas pelas particularidades de uma dada estrutura social. Desse modo, todas as pesquisas dos cientistas sociais deveriam estar voltadas para a compreensão dos elementos que

fossem mais urgentes para o desenvolvimento da nação. Ele afirmava, na década de 1950, que estudos sobre pormenores da vida nacional não tinha cabimento, uma vez que se devia buscar refletir sobre a condição de existência da maioria e não de minorias isoladas. Para ele, devia-se “estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parcial das estruturas nacionais e regionais” (Ramos, 1957, p. 105).

Este tipo de abordagem sobre a sociedade brasileira suscitava muitas controvérsias no âmbito das ciências sociais brasileiras. Embora não citasse nominalmente Guerreiro Ramos, é óbvio que Maria Isaura Pereira de Queiroz vai se empenhar em rebater fortemente os argumentos que tendiam a validar somente os estudos sobre aspectos mais amplos da vida nacional. Isso porque tais trabalhos estavam direcionados, segundo ela, a uma ampla análise dos caminhos e descaminhos da sociedade urbano-industrial, a respeito dos quais formulavam-se teorias genéricas que deixavam escapar a persistência de atitudes e de valores indicativos de uma não-linearidade histórica. Ou melhor, a industrialização do país não estava rompendo com as relações diretas de pessoalidade e com as formas de agir e de ser que faziam sobreviver, sob outro formato, arcaísmos diversos.

E como apreender tais processamentos? Queiroz diz: somente através de pesquisas que se atenham aos detalhamentos da vivência social em comunidades tanto rurais quanto urbanas. Guerreiro Ramos, por sua vez, afirmava: “Em países como o Brasil (...) é verdadeiro contra-senso ou despistamento sair (...) a campo em busca de conhecimento pormenorizado dos mecanismos da comunidade, segundo regras *made in USA*” (Ramos, 1957, p.106).

Ao retomar, na década de 1970, o debate acerca das singularidades socioculturais brasileiras, Queiroz retomava, em uma outra conjuntura, um embate vigoroso que envolveu Guerreiro Ramos e Emílio Willems. Aquele primeiro havia afirmado, na década de 1950, que o artigo deste último intitulado *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural no Brasil* não acrescentava nada, pois representava somente o esclarecimento de um “pormenor da vida rural brasileira de secundaríssima importância” (Ramos, 1957, p.106). Posturas como essas estavam na raiz de um modo de pensar, segundo Queiroz, voltado para uma busca obstinada de homogeneização econômica e cultural. Ela insistia, porém, que este tipo de perspectiva estava sendo expressivamente rejeitado na década de 1970, em virtude das pesquisas empíricas que traziam à tona a sobrevivência de uma expressiva pluralidade cultural e identitária.

“História, cultura, ideologias, sistemas de valores específicos de uma civilização ou de uma sociedade global tornam-se assim aos olhos dos sociólogos-pesquisadores, dos sociólogos-técnicos, dos sociólogos-planificadores, valores menores diante desse valor, para eles evidentemente maior, que é o desenvolvimento econômico. A maior parte das pesquisas empíricas, voltando-se para a práxis, tornam-se outros tantos instrumentos cuja finalidade é ajudar a rápida instalação da homogeneidade cultural. Admite-se, portanto, que o conjunto das sociedades globais, para melhorar deve tomar o caminho da monotonia” (Queiroz, 1975, p. 64).

É possível encontrar também um diálogo, não explicitado neste artigo, acerca das singularidades socioculturais brasileiras, de 1975, com o sociólogo Luís Aguiar da Costa Pinto que partilhava de uma perspectiva fundada na linearidade histórica. Ao discutir as mudanças sociais, ele se ocupava dos ritmos distintos das diferentes partes. Ou seja, a esfera econômica e a esfera política não se transformavam num mesmo ritmo. Assim como não se modificavam em compasso idêntico as instituições, os valores e a ordem econômica. Por que Queiroz rechaçava esta forma de abordagem?

Porque ela supunha também uma forma de homogeneização social e cultural, pois prescrevia a correção dos ritmos através de um direcionamento do desenvolvimento rumo à superação dos atrasos (Costa Pinto, 1986). A obra de Queiroz não estava de acordo, então, com as pressuposições de Costa Pinto de que os arranjos entre o arcaico e o moderno eram passageiros e seriam superados pela expansão da industrialização e da urbanização.

Considerações finais

Através de uma análise das atitudes individuais, Maria Isaura Pereira de Queiroz detecta que havia, entre os diversos grupos pesquisados, aqueles que adotavam formas de agir indicadoras de resistência, ou de adaptação, ou de adequação às novas condições que vão emergindo com a expansão da sociedade urbano-industrial no país. Não havia um único tipo de agir. Havia vários. Isso tornava as mudanças singulares, específicas, no que diz respeito às práticas e às relações estabelecidas.

Suas análises demonstraram, principalmente nas obras *Bairros rurais paulistas* e *O campesinato brasileiro*, que os grupos sociais rurais não estavam todos submetidos às mesmas condições, seja à de estagnação seja à de adaptação às mudanças sociais que estavam em curso nos anos 50s e 60s do século XX. Uns adotavam modos de agir condizentes com a expansão da industrialização e da urbanização sem abandonar um estilo de vida singularizado pela cultura rústica. Outros apresentavam dificuldades de adaptação e estagnavam-se. Estes últimos agiam de maneira a precipitar um amplo processo de decadência.

Verifico, então, que a análise da mudança social em Maria Isaura Pereira de Queiroz está centrada na busca de compreensão das atitudes dos agentes sociais mediante os processos em curso. Isso porque são elas que esclarecem as nuances distintas do agir diferenciado dos vários agrupamentos atingidos ora pelo isolamento, ora pela integração, ora pelos desequilíbrios gerados pela urbanização desigual que se processa no país. Todavia, não se pode imaginar que os grupos rurais estudados por ela foram somente vítimas deste processo de mudança. Eles tiveram um papel fundamental no modo de configuração das novas relações entre o mundo rural e o mundo urbano. Não foram, então, somente agentes passivos que foram transfigurados por forças externas. Eles se debateram com essas últimas, definindo dinâmicas próprias que estiveram interferindo no redimensionamento da vida social brasileira, na segunda metade do século XX.

Queiroz chegou a essas conclusões estudando os detalhes da vida social dos grupos pesquisados e demonstrando, a partir de tais esmiuçamentos, que há especificidades que não se deixam apreender por uma análise genérica. Quando ela afirmava, em *Bairros rurais paulistas*, que os grupos não tinham sido somente impactados por dinâmicas externas a eles, mas que eles tinham também definido dinâmicas internas de adequação, de adaptação, de acomodação, de refutação, de resistência, de estagnação, ela não estava pensando apenas nos processos econômicos, mas também nos das demais esferas da vida social.

A análise em profundidade possibilitou a ela detectar, em algumas circunstâncias, uma espécie de paralelismo independente que se estabeleceu entre as microssociedades e a sociedade global (sociedade brasileira como um todo). Isso não queria dizer que esses dois níveis de organização da vida social fossem inteiramente dissociados. Eram eles distintos, organizados de modo diferente, mas

não inteiramente alheios. Tanto que foi possível detectar nos processos de mudanças ora paralelismos, ora divergências, ora convergências (Queiroz, 1973, p.140).

Enfim, era visível que esse modo de análise proposto por Maria Isaura Pereira de Queiroz oferecia, na década de 1960 e 1970, pistas para pensar os processos de modernização autoritários que estavam em curso naquele momento. Ao propor uma reflexão que levasse em conta as dinâmicas internas dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade global, ela estava, de certa forma, questionando as perspectivas que advogavam a possibilidade de direcionar o país para uma condição de potência industrial que imporia uma dada dinâmica a todas as esferas da vida social. No texto *Singularidades sócio-culturais do desenvolvimento brasileiro*, ela afirmava: “Torna-se (...) difícil pensar que caminhamos para a estandardização, impelindo para um plano completamente secundário tudo o que nos singulariza” (Queiroz, 1975a, p.76).

Uma análise em profundidade dos detalhes dos modos de processamento das mudanças revelava que a sociedade global poderia abrir algumas veredas novas que iriam definir novos padrões de organização social; todavia, sempre haveria mecanismos para resistir às homogeneizações pretendidas pela modernização autoritária colocada em curso pela ditadura militar. Alguns de seus textos tratavam, às vezes, indiretamente das questões mencionadas nestes dois últimos parágrafos. Há, então, em inúmeras obras suas, pistas interessantíssimas para decifrar os (des)caminhos impostos pelo regime que vigorou no país entre 1964 e 1985. Tem-se aqui o ponto de partida para um outro artigo.

Referencias

- Bomfim, Manoel (1993). *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Chisleni, Maurizio (2005). Sociologia histórica e cultura material. In MELUCCI, A (org.) *Por uma sociologia reflexiva* (214-236). Petrópolis: Vozes.
- Costa, Eb (1968). *Religião e desenvolvimento econômico no nordeste do Brasil*. Louvain: Feres.
- Costa Pinto, Luíz Aguiar (1986). *Sociologia & desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Coulon, Alain (1995). *A escola de Chicago*. Campinas: Papirus.
- Cunha, Euclides da (1995). *Os sertões: a campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Cunha, Euclides da (1966). Da independência à República. In *Obra Completa* (pp.326-376). Rio de Janeiro: Cia José Aguilar.
- D'Aquino, Teresinha (1999). O olhar de Maria Isaura sobre o rural: tradição e mudança. In KOSMINSKY, Ethel, Volfzon (org.) *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. (pp.13-21). Marília: Unesp Marília Publicações.
- Durkheim, Emile (1984). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional.
- Ferreira de Camargo, Cândido Procópio (1971). *Kardecismo e umbanda*. São Paulo: Pioneira.

- Furtado, Celso (2002). *Em busca de novo modelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1997). Os ares do mundo. In *Obra autobiográfica*. (41-390). São Paulo: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1961). *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Germani, Gino (1973). *Política e sociedade numa época de transição*. São Paulo: Mestre Jou.
- Germani, Gino (1969). *Sociologia de la modernización*. Buenos Aires: Paídos.
- Gurvitch, Gino (1977). *Tratado de Sociologia*. Lisboa: Martins Fontes.
- Hoselitz, Bert (1952). *The progress of underdeveloped areas*. Chicago: University of Chicago.
- Lahire, Bernard (2004). *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed.
- Lefebvre, Henry (1968). *Le droit à la Ville*. Paris: Anthropos.
- Lefebvre, Henry (1970). *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos.
- Lefebvre, Henry (1970a). *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard.
- Lopes, Juarez Brandão (1964). *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel.
- Lopes, Juarez Brandão (1968). *Desenvolvimento e mudança social*. São Paulo: Nacional.
- Nurkse, Ragnar (1957). *Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Parsons, Talcott (1969). *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Parsons, Talcott (1968). *La estructura de la acción social*. Madrid: Ediciones Guadarrama.
- Parsons, Talcott (1974). *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira (1973). *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira (1979). Do rural e do urbano no Brasil. In T. Szmreczanyi & O Queda (Eds.) *Vida rural e mudança social* (pp.160-176). São Paulo: Nacional.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de (1973). *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes.
- Queiroz, M. I.P. de. (1976). Política, ascensão social e liderança num povoado baiano. In *O campesinato brasileiro* (101-122). Petrópolis: Vozes.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de (1978). *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, Edusp.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira (1975). O povoado de Santa Brígida. In F Fernandes (ed.) *Comunidade e sociedade no Brasil*. (pp.60-66). São Paulo: Nacional.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de (1972) Pesquisas sociológicas sobre o subdesenvolvimento: reflexões metodológicas. *Cadernos Ceru*, 5, p.41-75.

- Queiroz, Maria Isaura Pereira de (1969). *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: IEB.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de (1975^a). Singularidades sócio-culturais do desenvolvimento brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos brasileiros*, 16, p.64-81.
- Quintaneiro, Tânia & Oliveira, M.árcia Gardânia (2002) *Labirintos simétricos*. Belo Horizonte: UFMG.
- Ramos, Alberto Guerreiro (1957). *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes.
- Rezende, Maria José de (2001). *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. Londrina: Eduel.
- Rezende, Maria José de (1996). Classe dominante, classe dirigente e o regime militar: as condições sócias de um conflito circunscrito. In *A transição como forma de dominação política*. (pp.15-60). Londrina: Eduel.
- Rodrigues, Leôncio Martins (1971). O sindicalismo e os trabalhadores industriais no Brasil: notas para um esquema explicativo. *Cadernos Ceru*, n.4, p.4-14.
- Romero, Silvio (1943). *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympyo.
- Rostow, Walter (1971). *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Thomas, William e Znanieck, Florian (1927). *The polish peasant in Europe and América*. Nova York, Knopf.

Historia editorial

Recibido: 09/04/2007

Primera revisión: 03/05/2007

Aceptado: 12/10/2007

Formato de citación

De Rezende, María José (2007). Desvendando as dinâmicas internas singulares dos processos de mudança social no Brasil. *Athenea Digital*, 12, 78-98. Disponible en <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/363>

<p>Maria Jose de Rezende. Doutora pela Universidade de São Paulo, Professora de Sociologia do Programa de Mestrado em Ciências Sociais e do de especialização em Ensino de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina. Autora do livro <i>A ditadura militar no Brasil</i> (EDUEL). Co-autora dos livros <i>Iniciação à Sociologia (Atual)</i> e <i>Direitos Humanos e Educação</i> (Cortez).</p>



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons](#).

Usted es libre de copiar, distribuir y comunicar públicamente la obra bajo las siguientes condiciones:

Reconocimiento: Debe reconocer y citar al autor original.

No comercial. No puede utilizar esta obra para fines comerciales.

Sin obras derivadas. No se puede alterar, transformar, o generar una obra derivada a partir de esta obra.

[Resumen de licencia](#)

[Texto completo de la licencia](#)